

Dia Nacional de LUTA! 28 Junho

AUMENTAR SALÁRIOS GARANTIR DIREITOS
CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA Pelo direito à saúde e à habitação

**GREVES,
PARALISAÇÕES E
CONCENTRAÇÕES
EM TODOS OS
SECTORES E EM
TODO O PAÍS**



O PAÍS A ENRIQUECER E OS TRABALHADORES A EMPOBRECER!

AUMENTO DOS SALÁRIOS JÁ E REFORÇO DOS DIREITOS!

Foi a Luta dos trabalhadores que obrigou o governo PS a avançar com os aumentos intercalares, embora não reponham o poder de compra perdido desde 2009. A Luta é determinante para pôr fim às políticas de desvalorização do trabalho na Administração Pública, e que colocam entraves ao desenvolvimento do País, ao reforço dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado.

Apesar dos elogios ao desempenho económico do País – a Comissão Europeia prevê um crescimento de 2,4% para este ano e coloca Portugal como o país com o menor défice da União Europeia –, quem trabalha e trabalhou na Administração Pública, e especialmente na Administração Local, sente, desde 2009, a degradação das suas condições de vida, com os “bolsos” cada vez mais pequenos face aos meses cada vez longos.

Em Portugal, 2 milhões de pessoas (19,4% da população) vivem em situação de pobreza ou de exclusão social. Em 2022, 37,2% não conseguiam pagar uma semana de férias fora de casa; 29,9% diziam não conseguir assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada; e 17,5% não tinham capacidade financeira para manter a casa aquecida. Já entre os trabalhadores (segundo o INE) o risco de pobreza é de 10,3%.

À custa do empobrecimento dos trabalhadores e do desinvestimento nos Serviços Públicos, o governo PS apresenta “resultados financeiros históricos” e escusa-se a taxar os lucros extraordinários dos grandes grupos económicos, aprofundando as desigualdades e a exploração.

O STAL exige a valorização das carreiras e das profissões, e o aumento imediato dos salários (de mais 10%, e de 100€, no mínimo), de forma a que os trabalhadores da Administração Local recuperem poder de compra e se inverta o caminho de desvalorização salarial e do empobrecimento!



QUEBRA BRUTAL DO PODER DE COMPRA

Na Administração Pública, as remunerações líquidas reais em 2023 são muito inferiores às de 2011. Mesmos os Assistentes Operacionais, cujas remunerações líquidas subiram 4,8% neste período (sendo a única categoria a beneficiar da subida real dos salários), continuam a estar pouco acima do limiar da pobreza. Quer dizer que são pobres, apesar de muitos deles trabalharem há décadas!

As demais carreiras gerais viram, e muito, as suas remunerações líquidas recuar: Técnico superior -19,8%; e Assistente Técnico -18%.

Trata-se de uma situação que é fruto das políticas adoptadas por José Sócrates (PS) e Passos Coelho/Paulo Portas (PSD/CDS), e prosseguidas pelo PS de António Costa, com a convívência de Iniciativa Liberal e do Chega.

A Lei 12-A/2008, de 27/2 destruiu carreiras, profissões e o sistema retributivo vigente. A que se somam a implementação do SIADAP (que agravou as possibilidades de evolução profissional e salarial); o congelamento das progressões; o aumento dos descontos para a ADSE e IRS; ou o corte do valor do trabalho extraordinário.

Basta da farsa da negociação anual de actualização salarial! Os trabalhadores não se deixam enganar, porque são muitas as dificuldades que sentem para pagar as suas "contas certas": água, luz, alimentação, transportes, saúde, educação, habitação, etc., etc... Só um investimento sério na valorização das carreiras e profissões permitirá que o Estado e os Serviços Públicos assumam o papel de motor de desenvolvimento que a Constituição consagra.

UNIDOS SOMOS MAIS FORTES.

**SINDICALIZA-TE
HOJE!**

www.stal.pt/aderir

STAL EXIGE MEDIDAS IMEDIATAS!

É preciso defender o direito a uma vida digna e combater a pobreza que a política do governo PS tem imposto. A resposta à justa e devida valorização dos trabalhadores consta da "Proposta Reivindica Comum 2023", que a Frente Comum apresentou.

O STAL exige medidas imediatas, designadamente:

- Aumento salarial de 10%, num mínimo de 100€ para todos os trabalhadores;
- Aumento do salário mínimo na Administração Pública para 850€; e actualização do subsídio de refeição para 9€/dia;
- Correção justa e real da Tabela Salarial - TRU;
- Revogação do SIADAP, e a sua substituição por um sistema de avaliação sem quotas, formativo, equitativo e justo;
- Aplicação correcta e abrangente do SPI, e a urgente incorporação do factor Risco;
- O fim da precariedade, garantindo que a um posto de trabalho permanente corresponda um contrato de trabalho efectivo;
- Reposição dos escalões de IRS e maior justiça fiscal;
- Reposição integral do direito à indemnização devida por motivo de acidente de trabalho e/ou doença profissional;
- Fixação dos preços dos bens essenciais; e taxação dos lucros extraordinários dos grandes grupos económicos.

**A UNIDADE E A LUTA
DOS TRABALHADORES
SÃO DETERMINANTES PARA
A CONQUISTA DE MAIS
DIREITOS, MELHORES SALÁRIOS
E CONDIÇÕES DE TRABALHO.**